

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

FEVEREIRO DE 2015

O mês que valeu por um ano

Nunca se viu mobilização tão grande, tão forte e por tanto tempo. Nunca um governador foi rejeitado por tanta gente (78%), apesar de gastar mais e mais com publicidade. Nunca a grande mídia esteve ao nosso lado. Nunca uma greve de 100% dos professores teve a aprovação de 90% da população. Nunca uma mobilização permaneceu inabalável mesmo no feriadão de Carnaval. Nunca os sindicatos de servidores estiveram tão unidos.

Nunca um governo teve a coragem de tentar aprovar um pacote de maldades tão nocivo ao funcionalismo estadual. Nunca se viu um governo tão irresponsável a ponto de deixar faltar as diárias para bombeiros e PMs da Operação Verão e, ao mesmo tempo, continuar a agregar comissionados.

Deputados foram às lágrimas. Uns ao ouvir os estrondos das bombas e estampidos das balas de borracha contra o povo; outros por medo de encarar a ira da população. Desde Geraldo Vandré, nunca se viu no Paraná soldados armados também se sentirem abusados. Além das lágrimas, nossa luta teve a força, sangue e suor. Por outro lado, teve muita solidariedade e muito bom humor. Teve resistência inabalável e a certeza de ser uma luta justa!

Por tudo isso, o mês de Fevereiro de 2015 entrou para a História do movimento sindical paranaense. Foi a maior aula de cidadania de todos os tempos. Graças a ela, a Comissão Geral na Assembleia Legislativa não existe mais. Trato-raço, nunca mais!

Confira, a partir da página 03, os momentos mais emocionantes da nossa luta!



E MAIS:

■ Campanha Salarial do SINDISEAB já está na estrada

As plenárias sindicais em preparação ao nosso Encontro Estadual, marcado para o dia 27 de março, já estão acontecendo no interior. Saiba o que foi discutido, onde já ocorreu e fique por dentro do calendário. PÁGINA 02.

EDITORIAL

A maior dificuldade na luta de classes é encontrar e contar com gente disposta e disponível para lutar coletivamente. No SINDISEAB contamos com poucos dirigentes que se envolvem e se empenham nas atividades diárias da demanda sindical. Somam-se a tais dificuldades comuns ao movimento sindical, os boicotes internos, as maldades externas, os períodos de férias, feriados, doenças, dificuldades técnicas, econômicas e políticas.

Apesar disso, nunca se trabalhou tanto. Realizamos reuniões com a Diretoria Executiva, inclusive extraordinárias. Atuamos ativamente no FES, participamos nas reuniões da ParanaPrevidência, intervindo, inclusive, com boletins específicos. A Campanha Salarial 2015 está deflagrada com realização de plenárias e visitas a todos os núcleos sindicais. Paralelamente, resistimos ao pacote de maldades com mobilização, reuniões e debates nos locais de trabalho onde as pessoas se propuseram a ajudar na luta que é de todos nós.

Superando dificuldades, a gestão 2013-2016, inicia 2015 fazendo o que é real e precisa ser feito, conclamando a base a levantar a cabeça rumo a mais um ano de muita luta e, certamente, de muitas vitórias.

SINDISEAB está em Campanha Salarial

Desde o início de fevereiro, o SINDISEAB – além de participar da intensa mobilização de resistência ao pacote – não se descuidou da Campanha Salarial de 2015, deflagrada em 13/02, com o início das plenárias em todos os núcleos sindicais do interior.

Até o momento foram realizadas plenárias em Jacarezinho, Cornélio Procopio, Londrina, Arapongas, Mandaguari, Maringá, Paranavaí, Guarapuava, Ivaiporã e Campo Mourão.

Coordenadas pela Secretaria Geral do SINDISEAB, as plenárias têm o objetivo repassar informações e orientações aos associados. Entre os temas abordados estão a organização por local de trabalho (OLT) com objetivo de filiar novos associados, posse de representantes sindicais e eleição da comissão local de greve, tendo em vista a deliberação do "estado de greve" na AGE de 27 de fevereiro.

A Campanha Salarial de 2015 também tem o objetivo de definir as pautas gerais e específicas do SINDISEAB, ratificar a pauta unificada do FES, e indicar o plano de lutas estadual (para a direção estadual) e regional (para as comissões locais).

Até o momento, os temas levantados nas discussões foram: data base; QPPE (reestruturação das carreiras, enquadramentos, promoções, progressões, quinquênios e 1/3 de férias em atraso); o pacote de maldades; assistência e saúde do trabalhador (SAS/Auxílio Saúde/Novo Modelo Saúde), descongelamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade, e ParanaPrevidência.

Os servidores sugeriram que as próximas plenárias, em Guarapuava,



va, contemplem também o viveiro do IAP de Pitanga e que seja criado um regimento interno para acesso ao atendimento jurídico do SINDISEAB. Constatou-se ainda que, devido às dificuldades financeiras do Estado, há falta de pagamento das horas

extras e de estrutura para execução dos trabalhos (verbas de custeio).

As pautas e planos de luta serão referendadas pelos associados no Encontro Estadual do SINDISEAB programado para o dia 27 de março, no Hotel Condor, em Curitiba.

O calote do governo!

Apesar de ter dito, ao ser reeleito, que as contas estavam sanadas e que "o melhor" estaria "por vir", o Governo Beto Richa terminou o ano de 2014 aprovando, via tratoração, o 1º pacote de maldades: aumentou o IPVA em 40% e a alíquota do ICMS, que era de 12%, foi a 18% e até 25% para cerca de 95 mil produtos de uso popular.

Desde o ano passado, o governo vinha dando sinais de que sua contabilidade estava furada. Deixou faltar combustível nos carros da polícia, não pagou seus fornecedores, teve obras paralisadas e até a ração dos cachorros da Polícia Militar foi racionada. Pelos cálculos do economista Cid Cordeiro, o Governo Richa

acumulou nos últimos quatro anos um caixa negativo de R\$ 6,3 bilhões!

No fim do ano, cortou as verbas das universidades estaduais em 38%. Uma a uma, todas as sete entraram em greve, não apenas pelo corte, mas os sindicatos são contra a proposta do governo de dar "autonomia" às IEES - Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Agora em janeiro, o governo teve que esperar a noventena (90 dias) para receber o gordo reajuste do IPVA e do ICMS. Sem dinheiro, deu o calote no terço de férias, nas diárias e nas horas extras do funcionalismo; nos 29 mil professores e funcionários de escola em regime de PSS que foram demitidos; e enviou o 2º pacote de maldades para ser aprovado em regime de urgência pela Assembleia Legislativa. Entre elas, o fim do quinquênio, do anuênio e do Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência.

DÍVIDAS COM O QPPE:

1. desde março de 2013, o governo não efetiva o desenvolvimento nas carreiras do QPPE (progressão e promoção);
2. não concluiu os enquadramentos funcionais;
3. não pagou o terço constitucional de férias;
4. comprometeu o funcionamento do SAS e o atendimento dos servidores e seus familiares, por falta de pagamentos mensais aos hospitais conveniados/contratados.



Até o momento foram realizadas plenárias em Jacarezinho, Cornélio Procopio, Londrina, Arapongas, Mandaguari, Maringá, Paranavaí, Guarapuava, Ivaiporã e Campo Mourão.



EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTB 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: **Presidente:** Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).



• **FONE/FAX:** (41) 3253.6328
• **E-MAIL:** sindiseab@sindiseab.org.br
• **SITE:** www.sindiseab.org.br



Confira o calendário das plenárias

09 de março

UMUARAMA – Plenária Unificada IAP e SEAB

Horário: 15h às 18h

Local: Escritório Regional do IAP

10 de março

TOLEDO – Plenária Unificada IAP e SEAB de Toledo e Cascavel

Horário: 9h às 12h

Local: Escritório Regional do IAP

11 de março

FRANCISCO BELTRÃO – Plenária Unificada IAP e SEAB

Horário: 9h às 12h

Local: Escritório Regional do IAP

PATO BRANCO – Plenária Unificada IAP e SEAB

Horário: 14h às 17h

Local: Núcleo Regional da SEAB

12 de março

UNIÃO DA VITÓRIA – Plenária Unificada IAP e SEAB

Horário: 9h às 12h

Local: Núcleo Regional do IAP

IRATI – Viveiro Paulo Frontin

Horário: 14h às 17h

Local: Viveiro do IAP

13 de março

IRATI – Plenária Unificada IAP e SEAB

Horário: 9h às 12h

Local: Núcleo Regional do IAP

18 de março

PONTA GROSSA – Plenária Unificada, IAP e SEAB

Horário: 14h às 17h

Local: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ponta Grossa

27 de março

CURITIBA – Encontro Estadual

Horário: 8h às 16h

Local: Hotel Condor

Acompanhe os principais fatos desta luta histórica:

05 de janeiro - governo dispensa 29 mil professores e funcionários de escola que trabalhavam em regime PSS – Processo Seletivo Simplificado – sem efetuar o pagamento das verbas rescisórias;



22 de janeiro - reunião de coordenação do FES

27 de janeiro - depois de ter atrasado por mais de três meses o repasse para os hospitais credenciados do SAS, governo efetua pagamento referente a outubro de 2014. Os hospitais chegaram a suspender, inclusive, o atendimento de urgência e emergência em diversas cidades-polo;

29 de janeiro - governo não repassa primeira parcela do 1/3 de férias do funcionalismo estadual que gozou férias em novembro e dezembro de 2014 conforme havia negociado com o FES em 27 de novembro do ano passado, nem o 1/3 integral dos professores; na folha de pagamento do mês de janeiro;



04 de fevereiro - governo envia mensagens 001 e 002/2015 para a ALEP votar em regime de urgência. Os projetos de lei previam fim dos anuênios e quinquênios do funcionalismo e destruir a carreira dos professores. A intenção do governo era também repassar os R\$ 8,5 bilhões do Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência para o Fundo Financeiro e limitar as aposentadorias de servidores estaduais ao teto do INSS;

05 de fevereiro - Coordenação do FES publica carta convocando todos os servidores públicos à greve geral contra o pacote. No auditório da SEAB, cerca de 60 servidores se reúnem e decidem criar comissão de mobilização para lutar contra o fim do quinquênio, anuênio, do Fundo de Previdência da ParanaPrevidência e a criação da PREVCON; e participar das atividades do FES no dia 10, na ALEP;



06 de fevereiro - Diretoria Executiva do SINDISEAB se reúne na sede do sindicato e convoca mobilização imediata para os dias 09 e 10 de fevereiro na ALEP, datas da votação do pacote;

07 de fevereiro - APP-Sindicato e SindSaúde-PR, que já estavam em "estado de greve" e tinham assembleias previamente marcadas por pautas específicas, incluem o pacote e decidem pela greve;

09 de fevereiro - mobilização de mais de 5 mil servidores no Centro Cívico. APP monta acampamento na praça Nossa Senhora da Salette. O requerimento para transformar o plenário em Comissão Geral foi apresentado, mas votação fica para o dia seguinte. SINDISEAB envia carta a todos os deputados pedindo para que rejeitem o pacote e marca presença na mobilização em frente à ALEP;



10 de fevereiro - dobra o número de manifestantes. Assembleia Legislativa adota forte esquema de segurança. Somente pessoas previamente credenciadas puderam entrar. Grupo do SINDISEAB foi o primeiro a entrar. Do lado de fora, cerca de 10 mil servidores acompanham a sessão por transmissão de TV ao vivo. Nosso pessoal estava lá. Apesar de todos os apelos, 34 deputados aprovam o tratorço (requerimento de Comissão Geral). Dezenove votaram contra. Indignada, a multidão rompe as grades da ALEP e ocupa o plenário. Sessão fica invalidada. Servidores decidem acampar dentro do prédio, nos corredores e plenário;



11 de fevereiro - Justiça determina, na madrugada, a reintegração de posse da ALEP e estabelece multa de R\$ 10 mil por hora para a APP-Sindicato, que se recusa a sair. Batalhão de choque da PM cerca o prédio, tensionando o clima. Soldados armados entram no prédio. Com o plenário ocupado, deputados governistas decidem fazer sessão no refeitório da Assembleia Legislativa. Oposição se nega a participar da sessão secreta. Requerimento para a Comissão Geral é novamente aprovado;



12 de fevereiro - para evitar a votação do tratoração, servidores fecham os todos portões da ALEP desde o amanhecer. Impedidos de passar pelas entradas habituais, deputados chegam em caminhão blindado do batalhão de choque da PM. Polícia serra as grades e a "bandada do camburão" entra pelos fundos. Percebendo que o pacote seria aprovado, multidão avança. Polícia usa spray de pimenta, balas de borracha, bombas de efeito moral e cachorros contra os servidores, mas não consegue segurar o povo. Presidente da ALEP suspende sessão; pacote é oficialmente retirado da pauta e deputados prometem acabar com o tratoração. Em entrevista à TV, Beto Richa chama servidores de "baderneiros". Com a retirada do pacote, agentes penitenciários e pessoal da saúde sai da greve, mantendo o "estado de greve". Notícia de que associação de juízes cobra quatro anos de retroativos de auxílio-moradia (R\$ 4,4 mil/mês), cerca de R\$ 211 mil para cada um dos cerca de 800 magistrados, enfurece população;

13 de fevereiro - como ocorreu nos dias 05, 09 e 12 (SEAB/ADAPAR), SINDISEAB faz assembleias na SEAB e IAP, em Curitiba, que indicam por formação de Comissões e Assembleia Geral Estadual.



14 e 15 de fevereiro - Bancada do Camburão faz sucesso no Carnaval de Curitiba, com direito a desfile de "carro blindado" e concurso de marchinhas;



19 de fevereiro - Comissão do Meio Ambiente se reúne na sede do SINDISEAB; Acompanhada pelo FES, APP-Sindicato tem reunião com o governo que promete não enviar à ALEP nenhum projeto de lei que prejudique os servidores ou que altere a ParanaPrevidência sem negociar com os sindicatos. Fórum protocola pauta de reivindicações e requer abertura de negociações;



23 de fevereiro - Diretoria Executiva se reúne para organizar AGE para deliberar sobre possível adesão à greve geral;

25 de fevereiro - Mais de 50 mil pessoas marcham em Curitiba rumo ao Palácio Iguaçu. Governo negocia, ao mesmo tempo com a APP e com o FES. SEAP reafirma a promessa de não enviar nenhum projeto de lei para a ALEP prejudicando os servidores ou alterando a ParanaPrevidência sem discussão prévia com os sindicatos. FES cobra, com veemência, contratação por concurso público. Na SEAB, pessoal da Agricultura faz sua terceira assembleia sobre o pacote;

16 de fevereiro - em pleno Carnaval, coordenação do FES faz reunião aberta a outros sindicatos que ainda não integraram o Fórum, com a presença de 23 entidades, na sede da APP-Sindicato;

26 de fevereiro - governo admite usar verba de fundos específicos para pagar folha;

27 de fevereiro - Assembleia Geral Estadual do SINDISEAB aprova "estado de greve". Caso o governo reencaimine para a ALEP qualquer alteração na ParanaPrevidência que prejudique os servidores, automaticamente, a greve estará deflagrada;



28 de fevereiro - Justiça concede liminar parcial para que professores do 3º ano do ensino médio voltem às salas de aula e que sejam mantidos 30% dos funcionários nas escolas. APP diz que não é possível cumprir a decisão porque aulas até então não haviam sido distribuídas e mantém a greve;

24 de fevereiro - dirigentes de 25 sindicatos e associações do Fórum das Entidades Sindicais se reúnem em plenária para avaliar a mobilização e definir estratégias para o movimento sindical estadual. Convocação da AGE do dia 27 de fevereiro é publicada no Boletim nº 70 do SINDISEAB;



04 de março - professores e funcionários de escola fazem assembleia com 20 mil pessoas no Estádio Durival Britto e Silva, em Curitiba e decidem manter a greve. Governo divulga ter liminar da Justiça declarando greve abusiva;

05 de março - Governo do Paraná desiste de fazer a fusão dos fundos Previdenciário e Financeiro após pareceres do Ministério da Previdência Social e da Advocacia-Geral da União considerando a operação ilegal;

06 de março - APP e governo têm audiência da conciliação no TJ-PR;

09 de março - Em assembleia estadual, professores decidem suspender a greve mas manter o "estado de greve".



03 de março - deputados aprovam o fim do tratoração na ALEP. A partir de então, os projetos de lei necessariamente terão que passar pelas comissões internas da Casa antes de ir à votação. APP protocola requerimento, no Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando audiência de conciliação entre o governo e o sindicato;

